



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



PROJETO DE LEI Nº 4 /2013

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 05 FEV. 2013

Ruy
1º Secretário

ALTERA A LEI N.15.128/2006,
ESTABELECE NOVAS DIRETRIZES AO
PROGRAMA DE COMBATE À VIOLÊNCIA
CONTRA A MULHER E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º da Lei nº 15.128 de 23 de maio de 2006, passando a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Programa de Combate à violência contra a Mulher, atendendo ao disposto no §8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, e da Lei 11.340/2006, a ‘Lei Maria da Penha’.

Parágrafo Único. O Programa descrito no ‘caput’ visa o atendimento de mulheres vítimas de atos de violência que importem sofrimento físico, sexual, psicológico e dano moral ou patrimonial, através de um conjunto articulado de ações com o objetivo de

Pedro Lupion



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



promover políticas públicas efetivas e integradas para a prevenção, o atendimento e o acompanhamento dos casos de violência doméstica e familiar contra mulheres.'

Art. 2º Fica alterado o artigo 2º da Lei nº 15.128 de 23 de maio de 2006, passando a vigorar com a seguinte redação:

'Art. 2º O Programa, a ser instituído, visa propor diretrizes referentes ao caráter assistencial, direcionadas à mulher em situação de violência, abrangendo as seguintes medidas, dentre outras:

- I - a criação, observada a legislação em vigor e em ação articulada com as entidades envolvidas, de centros de atendimento integral para mulheres em situação de violência;
- II - a atuação operacional integrada com o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública;
- III - a promoção e realização de campanhas educativas de prevenção da violência contra a mulher, voltadas à sociedade em geral;
- IV - a capacitação específica dos servidores públicos, para a identificação, acolhimento e encaminhamento dos casos de violência contra a mulher;
- V - a realização de estudos, pesquisas, estatísticas e o levantamento de informações pertinentes às causas, às consequências e à



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



frequência da violência contra a mulher, visando ao aprimoramento das medidas para o seu combate;

VI - a criação de mecanismos que, respeitada a legislação em vigor, permitam o acesso prioritário para mulheres vítimas de violência, especialmente nos casos de risco de morte, aos programas estaduais de moradia, renda e trabalho.

Parágrafo Único. Fica autorizada a criação de grupo de trabalho com a incumbência de articular as medidas necessárias à implantação de Programa instituído nesta Lei.'

Art. 3º Fica alterado o artigo 3º da Lei nº 15.128 de 23 de maio de 2006, passando a vigorar com a seguinte redação:

'Art. 3º Ficam assegurados à mulher em situação de violência:

I - a assistência jurídica;

II - a assistência médica, social e psicológica, bem como a garantia de acesso aos procedimentos necessários nos casos de violência sexual, conforme norma técnica federal, para o atendimento dos agravos resultantes do ato violento;

III - o acolhimento em casas abrigo, em locais sigilosos, para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de risco;

IV - a agilização dos processos de afastamento ou transferência de unidade de lotação para as servidoras públicas estaduais em situação de risco.



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION

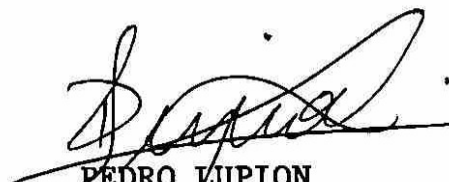


§1º O Poder Executivo poderá firmar parceria com instituições de ensino, particulares e privadas, para prestar assistência jurídica à mulher vítima de violência doméstica, por intermédio de seus Núcleos de Prática Jurídica.

§2º O Poder Executivo poderá firmar parceria com instituições de ensino, particulares e privadas, para prestar assistência psicológica à mulher vítima de violência doméstica.'

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 04 de fevereiro de 2013.



PEDRO LUPION
Deputado Estadual



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



JUSTIFICATIVA

De Acordo com a pesquisa Percepções sobre a Violência Doméstica contra a Mulher no Brasil, realizada pelo Instituto Avon / Ipsos, seis (06) em cada dez (10) brasileiros conhecem alguma mulher que foi vítima de violência doméstica.

A aludida pesquisa aponta, ainda, que 94% (noventa e quatro por cento) conhecem a Lei Maria da Penha, mas apenas 13% (treze por cento) sabem seu conteúdo. O mais alarmante é que 52% (cinquenta e dois por cento) acham que juízes e policiais desqualificam o problema.

Por certo que o medo continua sendo a razão principal para evitar a denúncia dos agressores, considerando que em 66% (sessenta e seis por cento) dos casos, os responsáveis pelas agressões foram os maridos ou companheiros.

Desta forma, objetivando uma maior efetividade da legislação Estadual, que se pretende alterar, considerando que ultimamente a realidade é de que o Programa ainda não fora efetivamente implementado, inclusive sendo o Estado do Paraná apontado como detentor de um dos piores índices de violência contra a mulher.

Nesse contexto, o presente Projeto de Lei, prevê, dentre outros pontos, a assistência médica, social, psicológica e jurídica, com o escopo de propiciar a mais possível atenção à mulher vítima de violência. Contempla, ainda, a possibilidade de aproveitamento de profissionais



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



e estagiários de instituições públicas e privadas, como forma de permitir ampla participação da sociedade.

Ademais, o programa em tela não se esgota no atendimento realizado logo após a violência, já que se destina ao acompanhamento e orientação da vítima, tanto no aspecto psicológico quanto social.

O Projeto de Lei ora proposto é uma das alternativas que apresento para engajar o Poder Público Estadual no movimento de toda a sociedade para que a violência deixe de ser realidade presente e cruel, no cotidiano da mulher brasileira.

Por todo o exposto, requeiro o apoio na aprovação deste projeto de lei.

CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

[Pesquisa Rápida](#)[voltar](#)[Exibir Ato](#)[Página para impressão](#)[Alterado](#) [Compilado](#) [Original](#) Lei 15128 - 23 de Maio de 2006

Publicado no Diário Oficial nº. 7232 de 24 de Maio de 2006

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Combate à Violência contra a Mulher, conforme especifica e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Programa de Combate à Violência contra a Mulher, para prestar assistência à saúde física e mental das mulheres vítimas de violência.

Art. 2º. O Programa será executado pela Secretaria de Estado da Saúde, em cooperação com o Conselho Estadual da Mulher, e integrado pelos órgãos e entidades da administração pública estadual e municipal.

Art. 3º. Fica autorizada a criação de grupo de trabalho com a incumbência de articular as medidas necessárias à implantação do Programa instituído nesta lei.

Parágrafo único. O grupo será integrado por representantes dos órgãos e entidades envolvidos no Programa.

Art. 4º. O Poder Executivo regulamentará esta lei.

Art. 5º. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 23 de maio de 2006.

Roberto Requião
Governador do Estado

Luiz Fernando Ferreira Delazari
Secretário de Estado da Segurança Pública

Claudio Murilo Xavier
Secretário de Estado da Saúde

Rafael Iatauro
Chefe da Casa Civil



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº. 04/2013

PROJETO DE LEI Nº04/2013

AUTOR: DEPUTADO PEDRO LUPION

RELATOR: PÉRICLES DE MELLO

Súmula: Altera a Lei nº 15.128/2006 estabelecendo novas Diretrizes ao Programa de Combate à Violência contra a Mulher.

EMENTA: ALTERA A LEI Nº 15.128/2006 ESTABELECENDO NOVAS DIRETRIZES AO PROGRAMA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER. PARECER DO NÚCLEO JURIDICO DA ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS. POSSIBILIDADE. INICIATIVA LEGISLATIVA AFERIDA. art. 24 cf. Art. 65 da C E. art. 124 Regimento Interno alep. CONSTITUCIONAL. APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de iniciativa do Deputado Pedro Lupion, visa alterar a Lei nº 15.128/2006, estabelecendo novas Diretrizes ao Programa de Combate à Violência contra a Mulher, tendo em vista que o Programa previsto na Lei não fora efetivamente implementado, dando assim novas diretrizes ao Programa de Combate à Violência contra a Mulher.

vista
26/03/13
9



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A – Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifou-se)

É de competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal dispor sobre a área da saúde, conforme o artigo 24, XII, da Constituição Federal, determina:

Art. 2º. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde. (Grifo nosso).

Ademais, verifica-se que o nobre legislador estadual detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello



arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo nosso)

Ainda, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais.

O presente projeto de lei foi encaminhado ao Núcleo Jurídico da Administração da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos pelo Secretário Chefe da Casa Civil, e esse através de seu Procurador manifestou-se sobre o mesmo, aduzindo que não se pode fazer uma ponderação precisa sobre a inconstitucionalidade formal propriamente dita, apenas por não se tratar de matéria de iniciativa privativa do Sr. Governador do Estado. Destaca o parecer, que a Lei Federal 11.340/2006 – Lei Maria da Penha, vem para suprir mecanismos que coíbam a violência doméstica e familiar contra a mulher. Por fim, alega que a competência para legislar sobre o presente projeto, é concorrente e que existe legislação vigente nacional.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Deputado Gilberto Martin



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 04/2013

PROJETO DE LEI Nº 04/2013

AUTOR: DEPUTADO PEDRO LUPION

RELATOR: DEP. GILBERTO MARTIN

SUMULA: Altera a Lei nº 15.128/2006 estabelecendo novas diretrizes ao Programa de Combate à Violência contra a Mulher

EMENTA: Altera a Lei nº 15.128/2006 estabelecendo novas diretrizes ao Programa de Combate à Violência contra a Mulher.

Parecer do Núcleo Jurídico da Administração da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos. **POSSIBILIDADE. INICIATIVA LEGISLATIVA AFERIDA. Art. 24 cf. Art 65 da C.E Art. 124 Regimento Interno ALEP – CONSTITUCIONAL. APROVAÇÃO**

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Pedro Lupion, visando alterar a Lei 15.128/2006, estabelecendo novas diretrizes ao Programa de Combate à Violência contra a Mulher, tendo em vista que o Programa previsto na Lei não fora efetivamente implementado, dando assim novas diretrizes ao Programa de Combate à Violência contra a Mulher.

Conforme Fundamentação do Nobre Parlamentar Deputado Péricles de Mello, às fls.11 a 14, onde discorreu com plena sabedoria, amparando-se nos textos Constitucionais da nossa Magna Carta, respeitando precisamente o Regimento Interno desta Casa Legislativa, constata-se que o presente Projeto de Lei está de acordo com todos os requisitos Constitucionais, legais e de Técnica Legislativa.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Deputado Gilberto Martin



Quanto aos aspectos relacionados a defesa dos direitos da mulher é do nosso entendimento que o aludido Projeto de Lei está plenamente de acordo com estes aspectos, reforçando e detalhando as ações que terão como resultado final o fortalecimento da defesa desses direitos.

O presente Projeto, avança mais em relação à Lei 15.158 de 2.006, por estabelecer com mais clareza as ações necessárias para que Governo e Sociedade Civil possam agir em defesa dos direitos da mulher.

Assim sendo, nosso parecer é favorável ao presente Projeto de Lei.

ctba, 19/04/13

Gilberto Martin
Deputado Estadual

Obs. -

CARLOS MARIA LIMA
PRESIDENTE
Dep. ROSE LIPPO

Dep. TEODORO KATO



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA - CDHC

PROJETO DE LEI 04/2013

AUTOR: DEPUTADO PEDRO LUPION

RELATOR: DEPUTADO WALDYR PUGLIESI

Súmula: Altera a Lei nº 15.128/2006 estabelecendo novas Diretrizes ao Programa de Combate à Violência contra a Mulher.

Preâmbulo:

O presente Projeto de Lei, da lavra do Deputado Estadual Pedro Lupion, visa alterar a Lei nº 15.128/2006, estabelecendo novas Diretrizes ao Programa de Combate à Violência contra a Mulher, tendo em vista que o Programa previsto na Lei não fora efetivamente implementado, dando assim novas diretrizes ao Programa de Combate à Violência contra a Mulher.

Fundamentação:

A iniciativa fundamenta-se nos princípios da dignidade da pessoa humana, tendo como escopo o atendimento às mulheres vítimas de atos de violência que importem sofrimento físico, sexual, psicológico e dano moral ou patrimonial.

NEY LUPION

WALDYR PUGLIESI



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Desta forma, vê-se que existe interesse na proposição em proteger e dar efetividade aos interesses das mulheres paranaenses, que sofrem as mais variadas violências, tanto física, psíquica como moral.

Diante da competência desta Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania, prevista no artigo 33-U do Regimento Interno desta Casa, existe compatibilidade com a presente proposição.

Desta forma, opina-se pela aprovação do **Projeto de Lei nº. 04/2013.**

Sala das Comissões, ~~29~~ de maio de 2013.


Deputado Tadeu Veneri
Presidente


Deputado Waldyr Pugliesi
Relator



NEY DE PRESTES

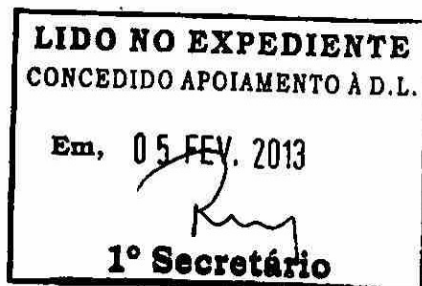


Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



PROJETO DE LEI Nº 05 /2013



ESTABELECE A POLÍTICA DE
PROTEÇÃO AO IDOSO NOS CASOS E
FORMAS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º. Ficam estabelecidas, na forma desta Lei, normas de proteção e defesa da pessoa idosa contra atos discriminatórios e de violência ou maus-tratos a ela praticados no âmbito do Estado do Paraná.

Parágrafo único. De acordo com o Estatuto do Idoso, entende-se como idosa a pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



Art. 2º. Constituem discriminação ao idoso os seguintes procedimentos vedados por esta Lei, entre outros:

I - impedir, dificultar, obstar ou recusar a livre locomoção em estabelecimentos da Administração Direta ou Indireta e das concessionárias de serviços públicos;

II - impedir, dificultar, obstar ou restringir o acesso às dependências de bares, restaurantes, hotéis, cinemas, teatros, clubes, centros comerciais e similares;

III - fazer exigências específicas para a obtenção ou manutenção do emprego;

IV - induzir ou incitar à prática de atos discriminatórios;

V - veicular pelos meios de comunicação de massa, mídia eletrônica ou publicação de qualquer natureza a discriminação ou o preconceito;

VI - praticar qualquer ato relacionado à condição pessoal que cause constrangimento;

VII - ofender a honra ou a integridade física.

§ 1º Incide nas discriminações previstas nos incisos I e II a alegação da existência de barreiras arquitetônicas



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



para negar, dificultar ou restringir atendimento ou serviço às pessoas protegidas por esta Lei.

§ 2º A ausência de atendimento preferencial ao idoso constitui prática discriminatória abarcada nos incisos VI e VII deste artigo.

§ 3º A prática dos atos dispostos no artigo 2º desta lei acarretará ao infrator a pena de multa a ser aplicada, correspondendo ao valor monetário equivalente a 3.000 UPF/PR (Unidades Padrão Fiscal do Estado do Paraná).

§ 4º O Poder Público Estadual desenvolverá ações de cunho educativo e de combate à discriminação relativa à pessoa idosa, nos serviços públicos e demais atividades exercidas no Estado, conforme o disposto no artigo 204, inciso I, da Constituição Federal e demais normas da legislação federal pertinente.

§ 5º Fundamenta-se no princípio de proteção à velhice a organização da prestação dos serviços de assistência social no Estado, fornecida em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

Art. 3º. É obrigatória a notificação compulsória de violência ou maus-tratos a pessoas idosas pelos estabelecimentos de saúde localizados no Estado do Paraná.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, considera-se:



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



I - violência a ação ou conduta que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico a uma pessoa, ocorrida em âmbito público ou doméstico;

II - violência física a agressão ao corpo da vítima pelo uso da força do agressor, com ou sem o uso de instrumentos, como, entre outros, armas brancas ou de fogo, nela provocando morte ou queimadura, corte, perfuração, edema ou outras sequelas;

III - violência sexual a situação em que a vítima é obrigada pelo agressor a manter relação sexual ou a praticar ato libidinoso, ou é objeto de comércio para fins de exploração sexual;

IV - violência psicológica a coação verbal ou o constrangimento que implique situação vexatória, humilhante, desrespeitosa ou desumana para a vítima.

§ 2º Os casos de violência são considerados de âmbito:

I - doméstico, quando ocorridos em família, em unidade doméstica ou qualquer outro ambiente, desde que o agressor conviva ou tenha convivido no mesmo domicílio que a vítima;

II - público:



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



- a) quando praticados por pessoa que não se enquadre nas situações descritas no inciso I deste artigo;
- b) quando praticados por agentes do poder público ou por estes tolerados, independentemente do local de ocorrência do fato.

§ 3º A notificação será emitida por médico e responsável pelo estabelecimento de saúde, devendo este encaminhá-la à delegacia do distrito policial competente, bem como ao Ministério Público do Estado do Paraná e para a Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado do Paraná - SEJU, para que sejam tomadas as providências cabíveis.

§ 4º Os dados constantes em arquivo de violência serão confidenciais e somente poderão ser fornecidos:

I - ao denunciante, à vítima ou ao acompanhante desta, devidamente identificada, mediante solicitação por escrito;

II - à autoridade policial ou judiciária, mediante solicitação oficial;

III - à Secretaria da Justiça e da Cidadania do Estado do Paraná - SEJU, encaminhados em boletim semestral, para elaboração e divulgação, por este órgão, de estatísticas semestrais relativas à violência contra o idoso;



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



§ 5º O descumprimento ao disposto neste artigo acarretará as seguintes penalidades aos estabelecimentos privados:

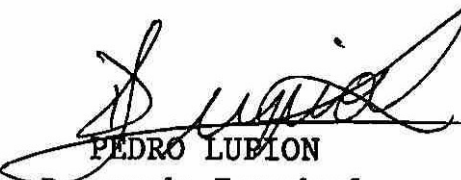
I - na primeira ocorrência, advertência confidencial, sendo exigida a comprovação, no prazo de trinta dias, da habilitação de seus recursos humanos em registro de violência;

II - no caso de persistir a irregularidade ou descumprimento do prazo estabelecido no inciso I, será aplicada ao estabelecimento privado a multa de 3.000 UPF/PR (Unidades Padrão Fiscal do Estado do Paraná).

III - multa, prevista no inciso II, a ser cobrada do estabelecimento privado em dobro nas reincidências subsequentes.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 04 de fevereiro de 2013.


PEDRO LUPION
Deputado Estadual



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



JUSTIFICATIVA

A prática de atos discriminatórios contra pessoas idosas, em algumas ocasiões e de diversas formas, afronta a sua dignidade como ser humano, especialmente quando as submete a situações vexatórias e humilhantes.

Em certos casos, sobretudo em virtude da fragilidade física de muitas delas, também se sujeitam a violência e maus-tratos, tais como ocorre com mulheres, portadores de deficiência, crianças e adolescentes, seres que, em boa parte das vezes, ficam inertes e indefesos diante das condutas agressivas de pessoas covardes e sem escrúpulos e senso humanitário.

As agressões e mau tratamento cometidos contra criaturas mais frágeis não são apenas de ordem física, mas também psicológica e moral, provocando, nas vítimas, traumas indelévels, aviltando-as em sua dignidade e cidadania e deformando a sua personalidade.

Os estabelecimentos de saúde, com certa frequência, se deparam com este doloroso quadro, quando fornecem assistência médica a essas indefesas vítimas, cuja situação choca os profissionais que as atendem, os quais se acostumam e se sentem impotentes ante ela, sem ter uma ideia precisa de que essa violência representa uma séria questão de saúde pública, necessitando ser coibida e reduzida.

A sociedade brasileira, inclusive a paranaense, vem paulatinamente, nos últimos anos, impondo regras de conduta social para coibir o desrespeito à dignidade da



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



pessoa idosa, mediante a promulgação de inúmeras leis em defesa desse público e lhes estendendo formas mais humanas de tratamento, em razão das necessidades específicas desse contingente de pessoas, que cresce em ritmo célere a cada ano em decorrência da maior longevidade da população.

O exemplo maior foi a sanção da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que instituiu o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas dessa faixa etária.

Acreditamos que esta proposta terá também um importante papel cultural, no sentido de divulgar e acelerar o respeito aos direitos das pessoas idosas e de eliminar e reduzir as atitudes preconceituosas que são dirigidas contra elas.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL BERNARDO RIBAS CARLI



PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 005/2013

Projeto de Lei nº 005/2013.

Autor: Deputado Pedro Lupion.

SÚMULA: Estabelece a política de proteção ao idoso nos casos e formas que menciona e dá outras providências.

EMENTA: RETORNO DE DILIGÊNCIA. IDOSO. LEI GERAL FEDERAL N.10.704/2003 (ESTATUTO DO IDOSO) DISCIPLINANDO O TEMA. POSSIBILIDADE LEGISLATIVA ESTADUAL EM FACE AO PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO INTEGRAL AO IDOSO. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE UNIÃO, ESTADO E DISTRITO FEDERAL. ART. 24, §§ 2º E 4º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. LEGISLAÇÃO SUPLEMENTAR. PARECER PELA APROVAÇÃO EM VIRTUDE DE CONSTITUCIONALIDADE.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Pedro Lupion tem por finalidade estabelecer no âmbito do Estado do Paraná uma política de proteção ao idoso, nas formas descritas.



Para melhor estudo do feito, fora remetido cópia do projeto à Casa Civil do Poder Executivo, que em seguida o encaminhou ao Núcleo Jurídico da Administração na Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, emitindo parecer no sentido de que o projeto em análise não suplementa Legislação Federal que disciplina o assunto.

Nesta esteira, a seguir passa-se a manifestação desta Comissão de Constituição e Justiça.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada, senão vejamos:

“Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.”

Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL BERNARDO RIBAS CARLI



O projeto em questão fora submetido a análise do Núcleo Jurídico da Administração da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado do Paraná, que se manifestou pela ilegalidade da proposição em análise, em razão da existência de Lei Federal n. 10.741/03.

Data máxima vênua a manifestação governamental no sentido de ilegalidade do projeto em comento, apresentamos a seguir elementos constitucionais que sustentam a legalidade e constitucionalidade deste.

Entendemos que a análise realizada pelo órgão estatal, se fundou em uma perspectiva Kelsiana do sistema constitucional brasileiro, onde somente as normas constitucionais positivadas podem ser utilizadas como paradigma para análise da constitucionalidade de leis ou atos normativos estatais.

Na contramão do sustentado pelo Douto Procurador do Estado, fundamentamos a possibilidade de aprovação do projeto em análise, calcado no neoconstitucionalismo, que se trata de uma teoria voltada para realização do Estado Democrático de Direito obtido pela via da efetivação dos direitos fundamentais, dando ênfase no caráter transformador das constituições modernas, acreditando que com esta posição encontra-se um norte para orientação das mudanças sociais necessárias.

Tais fundamentos tem por objetivo maior ampliar a proteção dos tutelados constitucionalmente de forma a garantir e assegurar a real aplicabilidade e segurança na proteção dos direitos fundamentais.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL BERNARDO RIBAS CARLI



Dos ensinamentos de Macpherson: *"Só sobreviverão as sociedades que melhor possam satisfazer as exigências do próprio povo no que concerne à igualdade de direitos humanos e à possibilidade de todos os seus membros lograrem uma vida plenamente humana"*.

Assim, pelo neoconstitucionalismo, o Estado afasta o positivismo Kantiano em situações que o permitem fazer prevalecer a efetivação dos direitos fundamentais presentes na Constituição Federal.

Uma vez que o projeto em comento trata de proteção ao idoso, estamos diante de uma situação em que o idoso, pessoa humana que é, goza de todos os direitos fundamentais inerentes a essa qualidade, direitos estes que estão estampados em todo o nosso sistema jurídico, principalmente na Carta Magna, e agora também em seu Estatuto, que lhe assegura "proteção integral". Assim, visa assegurar-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade, dignidade e felicidade. Denota-se aqui o princípio magno que rege todos os dispositivos do Estatuto do Idoso: o princípio da proteção integral.

Pois bem, considerando que o projeto disciplina matéria que assegurara maior proteção ao idoso no âmbito Estadual, fazendo prevalecer o Princípio da Proteção Integral inerente às pessoas que são beneficiadas pela propositura em questão, não há de se falar de inconstitucionalidade material, nem mesmo formal.



Quanto análise à possibilidade de inconstitucionalidade formal, ensina-nos Gilmar Mendes que *"os vícios formais traduzem defeito de formação do ato normativo, pela inobservância de princípio de ordem técnica ou procedimental ou pela violação de regras de competência"*, ainda, no mesmo sentido, Paulo Bonavides explica sobre o controle formal:

"Confere ao órgão que o exerce a competência de examinar se as leis foram elaboradas de conformidade com a Constituição, se houve correta observância das formas estatuídas, se a regra normativa não fere uma competência deferida constitucionalmente a um dos poderes, enfim, se a obra do legislador ordinário não contravém preceitos constitucionais pertinentes à organização técnica dos poderes ou às relações horizontais e verticais desses poderes, bem como dos ordenamentos estatais respectivos, como sói acontecer nos sistemas de organização federativa do Estado."

Conforme disposto em artigo 24, §§ 2º e 4º da Constituição Federal, não fica o Estado excluído da possibilidade de legislar acerca da proteção ao idoso, caso lei estadual não contrarie norma federal, assim vejamos:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

§ 2º - A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

(...)



§ 4º - A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário."

Constituição da República Federativa do Brasil

Conforme se nota, não há de se falar em inconstitucionalidade formal do projeto em análise.

Em se tratando de inconstitucionalidade material, ainda é prudente apresentar o ensinamento de Gilmar Mendes:

"A inconstitucionalidade material envolve, porém, não só o contraste direto do ato legislativo com o parâmetro constitucional, mas também a aferição do desvio de poder ou do excesso de poder legislativo.

É possível que o vício de inconstitucionalidade substancial decorrente do excesso de poder legislativo constitua um dos mais tormentosos temas do controle de constitucionalidade hodierno. Cuida-se de aferir a compatibilidade da lei com os fins constitucionalmente previstos ou de constatar a observância do princípio da proporcionalidade, isto é, de se proceder à censura sobre a adequação e a necessidade do ato legislativo".

Destarte, a inconstitucionalidade material se dá quando a norma vai contra os parâmetros explícitos da Constituição ou contra as vertentes do princípio da proporcionalidade (adequação e necessidade), que não é o caso, uma vez que em se tratando de proporcionalidade aplicada ao binômio adequação e necessidade, ainda, em razão do princípio da proteção integral



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL BERNARDO RIBAS CARLI



aos idosos, cabe ao Legislativo tratar de matéria pertinente ao tema, desde que não seja contrária a legislação federal, o que é o caso.

Assim, diante de todo o exposto, não está o projeto analisado viciado de nenhum impecílio que possa frustrar seu prosseguimento, motivo pelo qual esta Comissão se manifesta pelo prosseguimento do feito e sua consequente aprovação.

Por fim, analisando o projeto quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto em Lei Complementar nº 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, em sede de parecer, opina-se **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE**.

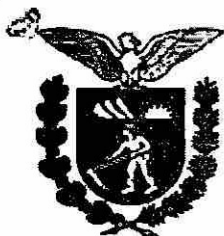
Curitiba, 09 Abril de 2013.

NELSON JUSTUS
Presidente

EVANDRO JÚNIOR
Supl. Relator (02/04/13)

APROVADO

Bernardo Carli Relator
09/04/13



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA, DO
ADOLESCENTE E DO IDOSO**

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 005/2013

Projeto de Lei nº 005/2013

Autor: Deputado Pedro Lupion

**Súmula: Estabelece a Política de Proteção
ao Idoso nos casos e formas que menciona
e dá outras providências.**

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Estadual Pedro Lupion, visa estabelecer a Política de Proteção ao Idoso nos casos e formas que menciona e dá outras providências.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e do Idoso, em consonância ao disposto no **artigo 33-V, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**, verificar o mérito das proposições:

Art. 33 – V. Compete à Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e do Idoso:

I - debater, orientar, apoiar e fiscalizar a atuação do poder público estadual no que se refere à elaboração e execução de políticas públicas para as crianças, adolescentes e idoso.

II – analisar medidas que visem ao fortalecimento e à ampliação de programas destinados às crianças, adolescentes e idosos, e:

III – manifestar-se em proposições relativas aos interesses e direitos das crianças e dos idosos incluindo todas as matérias relacionadas às políticas públicas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente e Estatuto do Idoso. (grifo nosso)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



O Projeto de Lei em exame recebeu parecer favorável na douda Comissão de Constituição e Justiça pelo deputado Evandro Junior, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Chamada esta Comissão a opinar, verifica-se o grande alcance que a proposição apresenta, pois estabelece normas de proteção e defesa da pessoa idosa contra atos discriminatórios e de violência ou maus-tratos a elas praticados. A busca pela sociedade em respeito à dignidade da pessoa idosa, mediante a promulgação de diversas leis em defesa destes cidadãos, demonstram o interesse em eliminar e reduzir as atitudes preconceituosas e negativas que são dirigidas contra os idosos em nosso país.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei que visa estabelecer a **Política de Proteção ao Idoso no Estado do Paraná**.

Sala das Comissões, 07 de maio de 2013.

DEPUTADA ROSE LITRO
PRESIDENTE

DEPUTADO WILSON QUINTEIRO
RELATOR



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA - CDHC

PROJETO DE LEI 5/2013

AUTOR: DEPUTADO PEDRO LUPION

RELATOR: DEPUTADO WALDYR PUGLIESI

Súmula: Estabelece a política de proteção ao idoso nos casos e formas que menciona e dá outras providências.

Preâmbulo:

O presente Projeto de Lei, da lavra do Deputado Estadual Pedro Lupion, visa estabelecer a Política de Proteção ao Idoso nos casos e formas que menciona e dá outras providências.

Fundamentação:

A iniciativa fundamenta-se nos princípios da dignidade da pessoa humana, tendo como escopo a proteção à velhice, onde visa coibir as agressões e maus-tratos cometidos contra as pessoas mais frágeis.

Desta forma, vê-se que existe interesse na proposição em proteger o interesse dos cidadãos paranaenses idosos, que sofrem as mais variadas violências, tanto física, psíquica e moral.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury




Diante da competência desta Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania, prevista no artigo 33-U do Regimento Interno desta Casa, existe compatibilidade com a presente proposição.

Desta forma, opina-se pela aprovação do **Projeto de Lei nº. 5/2013.**

Sala das Comissões, ~~23~~²⁹ de maio de 2013.


Deputado Tadeu Veneri
Presidente


Deputado Waldyr Pugliesi
Relator


WILSON QUINTeiro


NEY LEPREVOST



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



PROJETO DE LEI Nº 06 /2013

LIDO NO EXPEDIENTE

CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 05 FEV 2013

Ruy
1º Secretário

SÚMULA: DESTINA ÀS 'MULHERES VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA', QUE ATENDAM OS REQUISITOS QUE ESPECIFICA, 4% DAS UNIDADES DE PROGRAMAS DE LOTEAMENTOS SOCIAIS E DE HABITAÇÃO POPULAR.

Art. 1. Todos os programas de loteamentos sociais e de habitação popular do Estado do Paraná, deverão designar, no mínimo 4% (quatro por cento) de suas unidades para as mulheres vítimas de violência doméstica, que preencham os demais requisitos estabelecidos para concessão pelos órgãos competentes.

§ 1. Para os efeitos desta lei são consideradas mulheres vítimas de violência doméstica aquelas que se enquadram nas hipóteses elencadas na Lei Federal n.11.340/2006 (Lei Maria da Penha).

Art. 2. A comprovação da condição estabelecida no artigo 1º desta legislação far-se-á mediante:

I - A apresentação do competente Boletim de Ocorrência, expedido pelo Distrito Policial;



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



II - Havendo Ação Penal instaurada em face do agressor, deverá ser apresentada a competente certidão, emitida pelo Poder Judiciário;

III - Relatório elaborado por Assistente Social;

IV - Comprovação de tramitação do inquérito policial instaurado ou certidão de tramitação de Ação Penal instaurada.

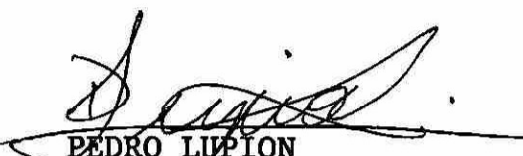
§1º A documentação exigida nesta legislação deverá ser entregue no ato da inscrição da mulher vítima de violência doméstica no programa de loteamento social e/ou de habitação popular.

Art. 3 . Não farão jus aos benefícios previstos nesta legislação, a mulher que se utilizar do direito de renunciar a representação, conforme estabelecido no artigo 16 da Lei Federal n. 11.340/2006.

Art. 4. A presente lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da sua publicação.

Art. 5 . Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 04 de fevereiro de 2013.


PEDRO LUPION
Deputado Estadual



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados, o presente Projeto de Lei objetiva introduzir na legislação estadual a possibilidade de reservar 4% (quatro por cento) das unidades de loteamento ou de habitação, destinado-as às mulheres vítimas de violência doméstica, enquadradas nas hipóteses da Lei Federal n. 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).

Desta forma, visamos garantir o resgate da dignidade e perspectiva de uma vida nova, longe da opressão, humilhação e constrangimento vividos pelas vítimas de violência doméstica.

Ainda, me cumpre mencionar que nesse contexto a mulher não ficará exposta a novas agressões de toda natureza, impedindo inclusive a reincidência de novas agressões ou até mesmo a coação para que a vítima se retrate em Juízo.

Procura-se, também, a possibilidade de mudança de endereço da vítima, ignorado pelo agressor, viabilizando a construção de uma nova vida e até mesmo encorajar a vítima em sair desse círculo vicioso de agressão que muitas vezes se submetem frente à falta de perspectiva de um recomeço.

Pelo exposto, torna-se imprescindível e fundamental a edição de uma Lei estadual direta e específica sobre o tema e para tanto requeiro o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL BERNARDO RIBAS CARLI



PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 006/2013

Projeto de Lei nº 006/2013

Autor: Deputado Pedro Lupion.

Súmula: Destina às mulheres vítimas de violência doméstica, que atendam os requisitos que especifica, 4% das unidades de programas de loteamentos sociais e de habitação popular.

EMENTA: QUOTA PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NOS PROGRAMAS DE LOTEAMENTOS SOCIAIS E HABITAÇÃO POPULAR. POSSIBILIDADE LEGISLATIVA ESTADUAL. COMPETÊNCIA CONCORRENTE. ART. 23, IX, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E ART. 53, XVI E XVII DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ. PARECER FAVORÁVEL. APROVAÇÃO EM VIRTUDE DE CONSTITUCIONALIDADE.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Pedro Lupion, tem
VISTA EM 09/04/2013
por finalidade a destinação, pelos programas de loteamentos sociais e de,

Fernando Sc.

Assembleia Legislativa do Paraná - Praça Nossa Senhora de Saete, s/n.º, Centro Cívico, CEP 80530-911.
Curitiba, Estado do Paraná, Brasil. - Telefone: (41) 3350-4000

CCJ



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL BERNARDO RIBAS CARLI



habitação popular do Estado do Paraná, de no mínimo 4% (quatro por cento) de suas unidades para mulheres vítimas de violência doméstica, que preencham os demais requisitos estabelecidos para concessão pelos órgãos competentes.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, inciso I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A - Cabe a Comissão de Constituição e Justiça compete:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Em prosseguimento ao processo legislativo, tal iniciativa foi remetida a esta Comissão de Constituição e Justiça e ao examiná-la constata-se que o assunto envolve determinação para os programas de loteamentos sociais e de habitação popular do Estado do Paraná.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL BERNARDO RIBAS CARLI



Diante disso, cumpre ressaltar que a LEI COMPLEMENTAR nº 119, de 31 de maio de 2007, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social - SEHIS determina a competência do Estado, através do Órgão específico, formular a Política Estadual de Habitação, conforme prevê os artigos 8º e 9º, seguintes:

Art. 8º. O Estado do Paraná, por intermédio da Companhia de Habitação do Paraná, orientará a ação dos órgãos públicos e da iniciativa privada com atuação na área habitacional, priorizando o atendimento à população de menor renda.

Art. 9º. Caberá à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, como órgão coordenador do Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social:

I - formular a Política e o Plano Estadual de Habitação de Interesse Social; (alteração pela Lei Complementar nº 124, de 29/12/2008).

LEI COMPLEMENTAR nº 119, de 31 de maio de 2007

Ademais, a mencionada lei prevê diretrizes para atuação do Sistema Estadual de Habitação, especificamente, no que diz respeito à atribuição de quotas, conforme dispõe o Art. 2º, inciso XVI, adiante transcrito:

Art. 2º. Na estruturação, organização e atuação do SEHIS deverão ser observadas as seguintes diretrizes e princípios, sem prejuízo daqueles estabelecidos na Lei Federal nº 11.124, de 16 de junho de 2005:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL BERNARDO RIBAS CARLI



(...)

XVI - adoção de mecanismos de quotas para idosos, deficientes e famílias chefiadas por mulheres.

LEI COMPLEMENTAR nº 119, de 31 de maio de 2007

O Poder Legislativo, com esta lei, está a disciplinar normas específicas relativas à adoção de mecanismos de quotas para mulheres vítimas de violência doméstica.

No que tange à competência legislativa, tem-se que a Constituição da República Federativa do Brasil prevê a promoção de programas de construção de moradias e a melhoria de condições habitacionais como sendo de competência comum entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, ou seja, competência concorrente entre os entes federados.

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

Constituição Federal

Ainda, a Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 53, destina a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná a competência para legislar



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL BERNARDO RIBAS CARLI



sobre todas as matérias de competência do Estado do Paraná, inclusive as elencadas no artigo 23 da Constituição Federal.

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no art. 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

XVI - matéria decorrente da competência comum prevista no art. 23 da Constituição Federal;

XVII - matéria da legislação concorrente da Constituição Federal.

Constituição do Estado do Paraná

Portanto, trata-se de matéria de competência concorrente entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Nesta esteira, a Lei Complementar Federal 11.124/2007 prevê diretrizes e princípios gerais a serem observados pelos legisladores estaduais e municipais, bem como pelos gestores públicos no momento da elaboração de políticas públicas pertinentes.

Portanto, a fixação de quotas para mulheres vítimas de violência doméstica nos programas de habitação popular no âmbito do Estado do Paraná vai de encontro aos princípios e diretrizes norteadores do sistema previstos na Lei Complementar Federal 11.124/2007.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL BERNARDO RIBAS CARLI



Inegável, através desta análise, que o legislador estadual possui competência para propor Projeto de Lei que trate da questão, uma vez que respaldado pela Constituição Federal e Estadual, afastando qualquer hipótese de vício de iniciativa, posto que tais diplomas legais não excluem o parlamentar estadual da possibilidade de edição de normas relativas a matéria.

Frise-se que o Projeto de Lei em análise não gerará custos ao executivo, posto que não impõe novas unidades habitacionais a serem disponibilizadas para o grupo que se refere, apenas destina quotas das unidades já existentes, o que não acarreta em custo extra ao Poder Executivo.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar nº. 95/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, em sede de parecer, opina-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei, em virtude de sua CONSTITUCIONALIDADE.

Curitiba, 16 Abril de 2013.

NELSON JUSTUS
Presidente

BERNARDO RIBAS CARLI
Relator

APPROVADO

16.04.13

Paraná - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n.º, Centro Cívico, CEP 80530-911.
Curitiba, Estado do Paraná, Brasil. - Telefone: (41) 3350-4000



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 06/2013

Destina às "mulheres vítimas de violência doméstica", que atendam os requisitos que especifica, 4% das unidades de programas de loteamentos sociais e de habitação popular.

RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 06/2013, de autoria do Deputado Pedro Lupion, tem por finalidade a destinação, através dos programas de loteamentos sociais e de habitação popular do Estado do Paraná, de no mínimo 4% de suas unidades para as mulheres vítimas de violência doméstica que se enquadram nas hipóteses elencadas na Lei Federal nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).

FUNDAMENTAÇÃO

Em observação ao art. 33-X, do Regimento Interno, cabe a esta Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher manifestar-se em relação ao Projeto de Lei em tela.

Art. 33-X Compete à Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher:

I - debater, orientar, apoiar e fiscalizar a atuação do poder público estadual no que se refere à elaboração e execução de políticas públicas para as mulheres.

II - incentivar e promover estudos, debates e projetos relativos à condição feminina.

III - analisar medidas que visem ao fortalecimento e à ampliação de programas e casas-abrigo para o atendimento de mulheres vítimas de violência.

IV - apoiar a elaboração da Política Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher, visando eliminar as discriminações que atingem a mulher, possibilitando sua integração e promoção como cidadã em todos os aspectos da vida econômica, social, política e cultural.

Diante disso, ressaltamos que a Lei Complementar nº 119, de 31 de maio de 2007, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social, determina competência do Estado, através da Cohapar, formular a política estadual de habitação, conforme prevê o artigo 9º:

Art. 9º. Caberá à Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR, como órgão coordenador do Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social:

I - formular a Política Estadual de Habitação de Interesse Social;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ



Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

II - articular a Política Estadual de Habitação de Interesse Social com as demais políticas setoriais dos Governos Federal, Estadual e Municipais;

De acordo com a Lei Complementar Federal 11.124/2005, que prevê diretrizes e princípios gerais que estruturam, organizam e indicam o campo de atuação do Sistema Nacional de Habitação e Interesse Social (SNHIS), os Poderes Legislativos Estaduais e Municipais devem observar alguns critérios ao elaborarem suas políticas públicas pertinentes.


Consequentemente o Projeto de Lei em tela, que fixa quota para mulheres vítimas de violência doméstica nos programas de habitação popular, está em conformidade com os princípios e diretrizes do Sistema Nacional de Habitação e Interesse Social.

Observamos, também, que o Projeto de Lei não gerará custos ao Poder Executivo, pois destina quotas das unidades já existentes e não de novas unidades a serem disponibilizadas.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher emite parecer FAVORÁVEL à aprovação do Projeto de Lei nº 06/2013.

Sala das Comissões, 08 de maio de 2013.

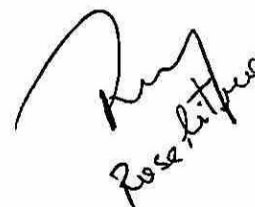

gilberto martin



Dep. CANTORA MARA LIMA
Presidente



Dep. TERUO KATO
Relator


Rose Liffuso



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA - CDHC

PROJETO DE LEI 06/2013

AUTOR: DEPUTADO PEDRO LUPION

RELATOR: DEPUTADO WALDYR PUGLIESI

Súmula: Destina às "mulheres vítimas de violência doméstica", que atendam os requisitos que especifica, 4% das unidades de programas de loteamento sociais e de habitação popular.

Preâmbulo:

O presente Projeto de Lei, da lavra do Deputado Estadual Pedro Lupion, visa estabelecer que todos os programas de loteamento sociais e de habitação popular do Estado do Paraná, deverão designar, no mínimo 4% (quatro por cento) de suas unidades para as mulheres vítimas de violência doméstica, que preencham os demais requisitos estabelecidos para concessão pelos órgãos competentes.

Fundamentação:

A iniciativa fundamenta-se nos princípios da dignidade da pessoa humana, tendo como escopo o atendimento às mulheres



vítimas de atos de violência à reserva legal de 4% (quatro por cento) das unidades de loteamento ou de habitação popular no Estado do Paraná. Projeto que visa a inclusão e o resgate da dignidade e perspectiva de vida digna, longe da opressão, humilhação e constrangimento vividos pelas mulheres vítimas de violência doméstica.

Desta forma, vê-se que existe interesse na proposição em proteger e dar efetividade aos interesses das mulheres paranaenses, que sofrem as mais variadas violências, tanto física, psíquica como moral.

Diante da competência desta Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania, prevista no artigo 33-U do Regimento Interno desta Casa, existe compatibilidade com a presente proposição.

Desta forma, opina-se pela aprovação do **Projeto de Lei nº. 06/2013.**

Sala das Comissões, 29 de maio de 2013.


Deputado Tadeu Veneri
Presidente


Deputado Waldyr Pugliesi
Relator


WILSON QUATEIRO

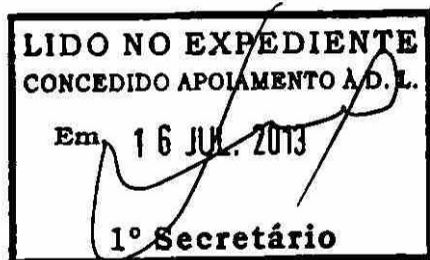

NEY LEPREVOST 2



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Deputado Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº 309/13



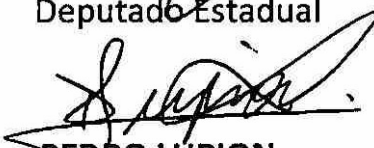
SÚMULA: Concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Norberto Anacleto Ortigara.

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Excelentíssimo Senhor Norberto Anacleto Ortigara, Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em, 15 de julho de 2013.


ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO JÚNIOR
Deputado Estadual


PEDRO LUPION
Deputado Estadual



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Deputado Aníbal Khury



JUSTIFICATIVA:

Norberto Anacleto Ortigara, filho de Bortolo Ortigara e Vitória Zanatta, agricultores familiares, nasceu em Seberi – RS, em 08/06/1955. Família numerosa (é irmão de mais 12), dedicou boa parte da vida até os 18 anos a cultivar a terra com arado de bois, enxada e outros equipamentos rudimentares.

Formou-se Técnico Agropecuário no Colégio Agrícola de Frederico Westphalen – RS, ligado à Universidade Federal de Santa Maria – RS.

Aprovado em concurso público na ACARPA (hoje EMATER-PR), optou por cursar Economia, na Universidade Federal do Paraná, onde ingressou sem cursinho, em 10º lugar, em 1974. Para sustentar-se, trabalhava de dia (SHARP, FORD do Brasil) e estudava à noite. Formou-se economista em 1977, em 3º lugar, tendo prestado apenas 4 provas finais.

Ingressou por concurso público na Secretaria da Agricultura do Paraná, em 15/03/1978, onde permanece até hoje, tendo ocupado todos os postos, progredindo na carreira até o topo.

Lotado no Departamento de Economia Rural – DERAL, iniciou suas atividades como pesquisador no Escritório Regional de Paranavaí. Em 1979 foi transferido para Curitiba, onde tornou-se analista do mercado agrícola, chefe da Divisão de Conjuntura Agropecuária, Diretor do DERAL em duas oportunidades (1989 a 1994) e 1995 a 1998), foi Diretor Geral da SEAB em duas oportunidades (1994 e de 1999 a 2002). Nessas funções, sempre empregou seu tempo profissional de mais de 10 horas por dia para analisar, compreender e construir soluções para os problemas da agricultura e da família rural. É reconhecido pelo dinamismo e pelo amor ao trabalho. É respeitado pelo amplo conhecimento da agricultura e da política agrícola. Especialista em custos, influenciou a política brasileira de sustentação de preços.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Deputado Aníbal Khury



Em 2005, convidado pelo então prefeito Beto Richa, assumiu primeiro a Superintendência de Abastecimento de Curitiba e de 2006 a 2010, como Secretário Municipal de Abastecimento, tendo contribuído para uma verdadeira revolução nos mecanismos de abastecimento da cidade, modernizando e incrementando a agricultura urbana, as feiras e sacolões, a requalificação do mercado municipal, a implantação dos 4 restaurantes populares, a consistente ampliação dos armazéns da família de Curitiba e RMC e, a implantação do primeiro mercado público de orgânicos do Brasil. Foi a melhor fase de atenção alimentar às famílias carentes da história de Curitiba.

Em 2011, após coordenar a Campanha eleitoral vitoriosa do candidato Beto Richa, assumiu as funções de Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná, coordenando uma grande equipe responsável pelas ações de pesquisa agrícolas (IAPAR), assistência técnica (EMATER), defesa sanitária (ADAPAR), abastecimento alimentar (CEASA), serviços ligados ao campo (CODAPAR), agroecologia (CPRA), fomento, etc.

Entendendo muito relevante para a segurança alimentar e para assegurar a presença da produção paranaense nos melhores mercados do mundo, articulou a criação da Agência de Defesa Agropecuária – ADAPAR.

Concluiu cursos de Especialização em Economia Rural (1982) e Gestão Pública em Segurança Alimentar (2010).

Atuou como conselheiro ou Presidente de inúmeros conselhos de Administração ou Fiscais, tais como EMATER, CEASA, CLASPAR, CODAPAR, IAPAR, CPRA, SIMEPAR, SANEPAR. É, ainda, Conselheiro da Parana Previdência e da Agência de Fomento do Paraná. Foi também, presidente dos Fundos de Abastecimento Alimentar e de Segurança Alimentar de Curitiba.

Foi Conselheiro, Diretor, Vice-presidente e Presidente do Conselho Regional de Economia – Corecon-PR.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Deputado Aníbal Khury



Atua, também, desde 1989, como perito judicial em diversas áreas, especialmente na Justiça do Trabalho.

Autor de diversos textos, artigos e estudos ligados ao comportamento da agricultura paranaense.

Por ser justa e merecida a medida ora proposta, solicitamos o apoio dos Nobres Pares com assento nesta Casa de Leis para a sua aprovação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 309/2013

Projeto de Lei nº 309/2013

Autores: Deputado Artagão Junior e Pedro Lupion

Súmula: CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ AO SR. NORBERTO ANACLETO ORTIGARA.

EMENTA. TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO. LEI 13.115/01 ALTERADA PELAS LEIS 14.667/05 E 16.213/09. POSSIBILIDADE FACE AO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS EXIGIDOS. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria dos Deputados Artagão Junior e Pedro Lupion, tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao senhor NORBERTO ANACLETO ORTIGARA.

FUNDAMENTAÇÃO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Dispõe a Lei 13.115 de 14/02/2001 alterada pelas Leis de nº 14.677 de 06/04/2005 e 16.213 de 17 de agosto de 2009:

Art. 1º. O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa com reputação ilibada e conduta pessoal e profissional irrepreensíveis que tenha prestado relevantes serviços de abrangência estadual e de contribuição significativa para todo Estado do Paraná e que satisfaça ao menos 4 (quatro) das seguintes condições:

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

I - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

II - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

III - biografia com registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacional e da cidadania;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

IV - notório conhecimento e saber na área de atuação;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

V - publicações de abrangência estadual em periódicos, jornais, revistas ou outros meios de comunicação.

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Parágrafo único. No momento da propositura devem ser anexadas certidões negativas e criminais, com a finalidade de comprovar sua reputação ilibada, conduta profissional e pessoal irrepreensíveis do homenageado e demais documentos para atendimento ao disposto no caput deste artigo.

(Incluído pela Lei 16213 de 17/08/2009)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Diante da previsão legal, verifica-se que cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento da Assembleia Legislativa apresentar projetos de lei concedendo título de cidadão honorário, de forma que o parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente Projeto.

No mesmo sentido, diante da informação da liderança através do ofício em anexo, o partido ainda possui quotas para concessão do referido título de cidadão honorário.

No que tange aos requisitos exigidos pela Lei, estes restam preenchidos, com as certidões necessárias devidamente juntadas, não encontrando óbices para normal tramitação do presente projeto de lei.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, tendo em vista o preenchimento dos requisitos exigidos, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, 06 de agosto de 2013.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

APROVADO

06/08/13



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PROJETO DE LEI Nº 435/2013


LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.L.
Em, 18 SET. 2013
Pranto
1º Secretário

Institui no calendário oficial de Eventos do Estado do Paraná, o “**DIA DO MUTIRÃO DE NATAL DA IGREJA ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA**”.

Art. 1º - Fica instituído no Calendário de Eventos Oficiais do Estado do Paraná o “**DIA DO MUTIRÃO DE NATAL DA IGREJA ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA**”, a ser comemorado no **SEGUNDO DOMINGO DE DEZEMBRO** de cada ano.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação

Sala das Sessões, 17 de setembro de 2013.


ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO JÚNIOR
Deputado Estadual

14:56 18/09/2013 008181 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



JUSTIFICATIVA

A Campanha do Mutirão de Natal, realizada há 17 anos pela Igreja Adventista do Sétimo Dia, através da ADRA- Agência Adventista de Desenvolvimento de Recursos Assistenciais visa amortizar a fome, proporcionar um Natal feliz e inclusivo para os necessitados e oferecer a oportunidade de voluntários participarem de projetos que estimulem a cidadania e a valorização do ser humano. O Mutirão de Natal é um grande projeto de arrecadação de alimentos, roupas e brinquedos, que sempre conta com o apoio dos meios de comunicação e de empresas públicas e privadas. Mobiliza toda a comunidade adventista, incentivando e promovendo o serviço voluntário de solidariedade. Em 2011, foram arrecadadas 4.700 toneladas de alimentos.

A história da ADRA se inicia com os conflitos da I e II Guerras Mundiais quando os Adventistas do Sétimo Dia se mobilizaram para arrecadar e distribuir roupas, alimentos e medicamentos para as pessoas afetadas.

A agência foi organizada em Novembro de 1956, sendo originalmente denominada de Seventh-day Adventist Welfare Service - SAWS (Assistência Social Adventista). Em 1958, a SAWS relatou envios de ajuda para 22 países com um valor total de aproximadamente US\$ 485.000,00. Quatro anos depois, o número de países havia aumentado para 29, com um valor total de US\$ 2,3 milhões em doações.

Em meados dos anos 70, a organização começou a estender suas ações, ampliando sua missão humanitária para programas direcionados ao desenvolvimento de longo prazo. Como consequência teve seu nome mudado para Seventh-day Adventist World Service - SAWS (Serviço Mundial Adventista) em 1973, ou seja, substitui-se a palavra "welfare" - assistência social, por "world" - mundo. Em 1983, a SAWS ainda passou por outra mudança de nome para refletir ainda melhor sua missão e atividades, tornando-se a "*Adventist Development and Relief Agency*" - Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais (ADRA). O trabalho da ADRA cresceu rapidamente com programas maiores em vários países, enfatizando o desenvolvimento comunitário, o desenvolvimento institucional e a contínua gestão de emergências.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



A ADRA é atualmente uma das principais organizações de ajuda humanitária não governamental no mundo. Em 1997 a agência recebeu o *status Consultivo Geral das Nações Unidas*, uma oportunidade única que deu à ADRA voz ativa na comunidade internacional. Em 2006 prestou auxílio para aproximadamente 46.8 milhões de pessoas com recursos avaliados em mais de US\$ 288 milhões. Mais de 4.600 pessoas compõe a equipe da ADRA distribuídos em 125 países.

Vale lembrar que o “**Dia do Mutirão de Natal da Igreja Adventista do Sétimo Dia**” já faz parte do Calendário de Eventos do Município de Curitiba proposição de iniciativa do Vereador Sabino Picolo transformada na Lei nº 14.244 de 20 de maio de 2013, publicada recentemente no Diário Oficial do Município-DOM de 21/05/2013.

Nesta conformidade, apresento este Projeto de lei ao crivo parlamentar desta Egrégia Casa Legislativa, convencido do voto positivo de ampla maioria dos Senhores Membros, se não por sua unanimidade.

Sala das Sessões,


ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO JÚNIOR
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PERECER AO PROJETO DE LEI 435/2013

Projeto de Lei nº. 435/2013

Autor: Deputado Artagão de Mattos Leão Júnior.

Súmula: Institui no calendário oficial de Eventos do Estado do Paraná, o "DIA DO MUTIRÃO DE NATAL DA IGREJA ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA".

EMENTA: INSERE NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO O DIA DO MULTIRÃO DE NATAL DA IGREJA ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA. POSSIBILIDADE. ART 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGO 165 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

Q presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Artagão de Mattos Leão Júnior, tem por finalidade inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado o Dia do Mutirão de Natal da Igreja Adventista do Sétimo Dia.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembleia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



A CONSTITUIÇÃO FEDERAL dispõe em seu artigo 215, caput, que é de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Além disso, conforme abaixo se denota o objeto da ora preposição se amolda ao artigo 165 do mesmo diploma legal:

Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



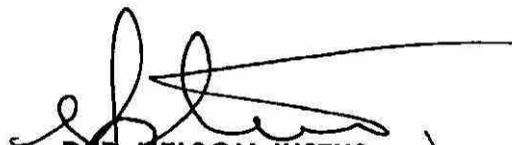
CONCLUSÃO

Diante do exposto, com o propósito de aplicar melhor técnica legislativa, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, 08 OUTUBRO de
2013.


DEP. WILSON QUINTEIRO

Relator


DEP. NELSON JUSTUS
Presidente


Dep. Pôrto

Dep. Tadeu


Dep. Nereu

Dep. Carlos

Dep. Pastor



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



PROJETO DE LEI 523/13

SÚMULA: Cria a Comarca de Nova Aurora, de entrância inicial, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 e adota outras providências.

Art. 1º. Fica criada a Comarca de Nova Aurora, de entrância inicial, com sede no município de mesmo nome, integrada pelos municípios de Cafelândia e Iracema do Oeste, juntamente com seus respectivos distritos, alterando-se os Anexos I, II, Tabela 2, III, Tabela 2, IV, V, VIII e IX, Tabela 1, da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 (Código de Organização e Divisão Judiciárias).

§ 1º O município de Nova Aurora, juntamente com seu Serviço Distrital de Palmitópolis, e o município de Iracema do Oeste são desmembrados da Comarca de Formosa do Oeste, de entrância inicial.

§ 2º O município de Cafelândia é desmembrado da Comarca de Corbélia, de entrância intermediária.

§ 3º A Comarca de Nova Aurora, de entrância inicial, passa a pertencer à 69ª Seção Judiciária, integrada pela Comarca de Corbélia, de entrância intermediária e sede da Seção Judiciária, além das Comarcas de Campina da Lagoa, Ubatã e Nova Aurora, de entrância inicial.

§ 4º A Comarca de Nova Aurora, de entrância inicial, passa a pertencer à jurisdição da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Foz do Iguaçu.

Art. 2º. Fica criado 1 (um) cargo de Juiz de Direito para a Comarca de Nova Aurora, de entrância inicial, alterando os Anexos V, e IX, Tabela 1, da Lei mencionada no art. 1º.

Art. 3º. Fica criado 1 (um) cargo de Assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 1-C, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, destinado ao assessoramento do Juiz de Direito da Comarca de Nova Aurora, nos termos da Lei nº 16.957 de 05 de dezembro de 2011, passando a integrar o Anexo III, Tabela 2, da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997, consolidado no Anexo II da Lei 14.807, de 20 de julho de 2005.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Parágrafo único. O cargo criado na forma do caput é privativo de Bacharel em Direito.

Art. 4º. Ficam criados no Foro Extrajudicial da Comarca de Nova Aurora, os seguintes serviços notariais e de registro, constantes do anexo IV da Lei mencionada no art. 1º.

- I – Tabelionato de protestos de títulos;
- II - Serviço de registro de imóveis;
- III – Serviço de registro civil das pessoas naturais, acumulando, precariamente, o Serviço de registro de títulos e documentos e civil das pessoas jurídicas.

Art. 5º. Fica transformado o Serviço Distrital de Nova Aurora em Tabelionato de notas da Comarca de Nova Aurora, acumulando, precariamente, o Tabelionato de protestos de títulos, alterando-se o Anexo IV da Lei mencionada no art. 1º.

Art. 6º. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei, oriundo do protocolado sob nº 466.621/2012-TJPR, tem por finalidade criar a Comarca de Nova Aurora, de entrância inicial, desmembrando dito município da Comarca de Formosa do Oeste.

A nova Comarca terá por sede o Município de Nova Aurora, atualmente pertencente à Comarca de entrância inicial de Formosa do Oeste.

Tal criação visa à expansão da prestação jurisdicional no Estado do Paraná, de forma a racionalizar e distribuir o volume de serviços para essa nova Comarca de entrância inicial.

A presente proposta altera os Anexos I, II, Tabela 2, III, Tabela 2, IV, V, VIII e IX, Tabela 1, da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná), e a comarca de Juízo Único atenderá uma população de aproximadamente 28.745 habitantes e 23.068 eleitores.

Esta proposição de criação da Comarca de Nova Aurora, de entrância inicial, contou com aprovação da douta Comissão de Organização e Divisão Judiciárias do Estado, em sessão realizada em 12/08/2013, e pelo egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por maioria de votos, em sessão realizada no dia 14 de outubro de 2013.

O impacto orçamentário-financeiro da presente proposta, considerando a criação de um cargo de Juiz de Direito de entrância inicial e um cargo de Assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 1-C, totaliza o valor aproximado de R\$ 93.565,00 (noventa e três mil quinhentos e sessenta e cinco reais) para o exercício financeiro de 2013, R\$ 407.335,00 (quatrocentos e sete mil trezentos e trinta e cinco reais) para 2014 e R\$ 443.830,00 (quatrocentos e quarenta e três mil oitocentos e trinta reais) para 2015, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça.

Os cargos de Analistas e Técnicos Judiciários que irão compor a nova Secretaria da Comarca de Nova Aurora são objeto da Lei Estadual nº 16.023/2008, sendo que as despesas decorrentes serão as expensas do Fundo da Justiça, criado pela Lei Estadual nº 15.942/2008, no valor aproximado de R\$ 128.882,00 (cento e vinte e oito mil oitocentos e oitenta e dois reais) para 2013, R\$ 536.150,00 (quinhentos e trinta e seis mil cento e



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO


TRIBUNAL DE JUSTIÇA



cinquenta reais) para 2014 e R\$ 568.318,00 (quinhentos e sessenta e oito mil, trezentos e dezoito reais) para 2015.

Ressalte-se que os Anexos alterados pela proposta do Anteprojeto de Lei, deverão ser publicados juntamente com o texto final da lei, vez que é parte integrante da mesma.

Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário, relativo ao 2º Quadrimestre de 2013, a Despesa Total com Pessoal situou-se em 4,63% (quatro vírgula sessenta e três por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.





Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (**Lei de Responsabilidade Fiscal**), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que trata da criação da Comarca de Nova Aurora, de entrância inicial, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 e adota outras providências, apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2013, aprovado pela Lei Estadual nº 17.398, de 18 de dezembro de 2012, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Curitiba, 18 de outubro de 2013.

Desembargador **GUILHERME LUIZ GOMES**
Presidente do Tribunal de Justiça

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
CLASSIFICAÇÃO DAS COMARCAS - ENTRÂNCIA FINAL, INTERMEDIÁRIA E INICIAL

ANEXO I

COMARCA DE ENTRÂNCIA FINAL		COMARCA DE ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA		COMARCA DE ENTRÂNCIA INICIAL		---					
1	Comarca da Região Metropolitana de Curitiba	1	Andirá	39	Rio Branco do Sul	1	Alto Paraná	39	Mariândia do Sul	77	Tomazina
I	Foro Central de Curitiba	2	Antonina	40	Rio Negro	2	Alto Piquiri	40	Marmeleiro	78	Ubatã
II	Foro Regional de Almirante Tamandaré	3	Assaí	41	Santo Antônio da Platina	3	Altonia	41	Morretes	79	Uraí
III	Foro Regional de Araucária	4	Assis Chateaubriand	42	Santo Antonio do Sudoeste	4	Ampéře	42	Nova Aurora	80	Xanabré
IV	Foro Regional de Campina Grande do Sul	5	Astorga	43	São Mateus do Sul	5	Arapoti	43	Nova Fátima		
V	Foro Regional de Campo Largo	6	Bandeirantes	44	São Miguel do Iguaçu	6	Barbosa Ferraz	44	Nova Londrina		
VI	Foro Regional de Colombo	7	Bela Vista do Paraíso	45	Telêmaco Borba	7	Barracão	45	Ortigueira		
VII	Foro Regional de Fazenda Rio Grande	8	Capanema	46	Wenceslau Braz	8	Bocaiuva do Sul	46	Palmeira		
VIII	Foro Regional de Pinhais	9	Castro			9	Cambará	47	Palmital		
IX	Foro Regional de Piraquara	10	Chopinzinho			10	Campina da Lagoa	48	Paraiso do Norte		
X	Foro Regional de São José dos Pinhais	11	Colorado			11	Cândido de Abreu	49	Paranacity		
2	Comarca da Região Metropolitana de Londrina	12	Corbélia			12	Cantagalo	50	Pérola		
I	Foro Central de Londrina	13	Cornélio Procopio			13	Capitão Leônidas Marques	51	Pinhão		
II	Foro Regional de Cambé	14	Cruzeiro do Oeste			14	Carlópolis	52	Piraí do Sul		
III	Foro Regional de Ibiporã	15	Dois Vizinhos			15	Catanduvas	53	Pontal do Paraná		
IV	Foro Regional de Rolândia	16	Goiçerê			16	Centenário do Sul	54	Primeiro de Maio		
3	Comarca da Região Metropolitana de Maringá	17	Guaiçara			17	Cerro Azul	55	Realceza		
I	Foro Central de Maringá	18	Guaratuba			18	Cidade Gaúcha	56	Rebouças		
II	Foro Regional de Mandaguau	19	Ibaiti			19	Clevelândia	57	Reserva		
III	Foro Regional de Mandaguari	20	Iratí			20	Congoninhas	58	Ribeirão Claro		
IV	Foro Regional de Maratva	21	Ivaiporã			21	Coronel Vivida	59	Ribeirão do Pinhal		
V	Foro Regional de Sarandi	22	Jacarezinho			22	Curitva	60	Salto do Lontra		
VI	Foro Regional de Nova Esperança	23	Jaguariaíva			23	Engenheiro Beltrão	61	Santa Fé		
4	Apucarana	24	Jandaia do Sul			24	Faxinal	62	Santa Helena		
5	Arapongas	25	Lapa			25	Formosa do Oeste	63	Santa Isabel do Ivaí		
6	Campo Mourão	26	Laranjeiras do Sul			26	Grandes Rios	64	Santa Mariana		
7	Cascavel	27	Loanda			27	Guaraniau	65	São Jerônimo da Serra		
8	Cianorte	28	Marechal Cândido Rondon			28	Icaraima	66	São João		
9	Foz do Iguaçu	29	Matelandia			29	Imbituva	67	São João do Ivaí		
10	Francisco Beltrão	30	Mathinhos			30	Ipiranga	68	São João do Triunfo		
11	Guarapuava	31	Medianeira			31	Iporã	69	Sengés		
12	Paranaçu	32	Palmas			32	Iretama	70	Sertãoópolis		
13	Paranaaí	33	Palotina			33	Jaguapitã	71	Siqueira Campos		
14	Pato Branco	34	Peabiru			34	Joaquim Távora	72	Teixeira Soares		
15	Ponta Grossa	35	Pitanga			35	Mallet	73	Terra Boa		
16	Toledo	36	Porecatu			36	Mamboré	74	Terra Rica		
17	Umaratama	37	Prudentópolis			37	Maranguinhã	75	Terra Roxa		
18	União da Vitória	38	Quedas do Iguaçu			38	Manoel Ribas	76	Tibagi		

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
SEÇÕES JUDICIÁRIAS — ANEXO II — TABELA 2

SEÇÕES JUDICIÁRIAS	COMARCA SEDE	SEÇÃO COMARCA / VARA	ENTRÂNCIA	Juiz Subst.	Juiz de Direito Subst.	TOTAL
					
69ª	CORBÉLIA	CORBÉLIA	INTERM	1		1
		Campina da Lagoa	INICIAL			0
		Nova Aurora	INICIAL			0
		Ubiratã	INICIAL			0
					

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
COMPOSIÇÃO DAS COMARCAS E SEUS DISTRITOS JUDICIÁRIOS - DEMAIS COMARCAS - ANEXO III - TABELA 2

Nº	COMARCA	Nº	Sede / Serviço Distrital Município	Nº	Serviço Distrital Não Município
40	Corbélia		Corbélia		
			Anahy		
			Iguatu		
			Braganey		
48	Formosa do Oeste		Formosa do Oeste		
			Jesuítas		
84	Nova Aurora		Nova Aurora	90	Palmitópolis
			Cafelândia		
			Iracema do Oeste		

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA ANEXO - IV

...
NOVA AURORA - Comarca de Entrância Inicial
FORO JUDICIAL
Juizo Unico
Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público
FORO EXTRAJUDICIAL
Tabelionato de notas, acumulando, precariamente, o Tabelionato de protesto de títulos
Serviço de registro de imóveis
Serviço de registro civil das pessoas naturais, acumulando, precariamente, o Serviço de registro de títulos e documentos e civil das pessoas jurídicas
SERVIÇO DISTRICTAL
Serviço distrital de Catelândia
Serviço distrital de Iracema do Oeste
Serviço distrital de Palmitópolis
...
CORBÉLIA - Comarca de Entrância Intermediária
FORO JUDICIAL
...
FORO EXTRAJUDICIAL
...
SERVIÇO DISTRICTAL
Serviço distrital de Anahy
Serviço distrital de Iguatu
Serviço distrital de Braganey
...
FORMOSA DO OESTE - Comarca de Entrância Inicial
FORO JUDICIAL
...
FORO EXTRAJUDICIAL
...
SERVIÇO DISTRICTAL
Serviço distrital de Jesúltas
...

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003

MAGISTRATURA ESTADUAL — ANEXO V

COMARCAS / FORO	ENTRÂNCIA	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito da Turma Recursal	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total
.....									
1ª INSTÂNCIA									
.....									
Nova Aurora	Inicial			1					1
.....									

CARGOS DA MAGISTRATURA ESTADUAL - TABELA 1

Nova Aurora

1



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Curitiba, 18 de outubro de 2013.
Of. nº 1.124/2013-GP

I – À **DAP** para leitura no expediente.

II – À **DL** para providências.

Em, 21/10/2013

Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 21 OUT. 2013

1º Secretário

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que propõe a criação da Comarca de Nova Aurora, de entrância inicial, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 e adota outras providências.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/2000.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

Desembargador **GUILHERME LUIZ GOMES**
Presidente do Tribunal de Justiça



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 523/2013

Projeto de Lei nº. 523/2013

Autor: Tribunal de Justiça

Súmula: Cria a Comarca de Nova Aurora, de entrância inicial, alterando a Lei Estadual nº. 14.277, de 30 de dezembro de 2003 e adota outras providências.

EMENTA: CRIA A COMARCA DE NOVA AURORA, DE ENTRÂNCIA INICIAL, ALTERANDO A LEI ESTADUAL Nº. 14.277, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2003 E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça visa criar a Comarca de Nova Aurora, de entrância inicial, alterando a Lei Estadual nº. 14.277, de 30 de dezembro de 2003 e adota outras providências.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no **artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Primeiramente temos a competência exclusiva dos Tribunais para propor a criação de novas varas judiciárias, conforme preceitua o artigo 96, inciso I, alínea d, da nossa Carta Magna, senão vejamos:

Art. 96. Compete privativamente:

I - aos tribunais:

d) propor a criação de novas varas judiciárias;

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a **Constituição Estadual**, em seu art. 65:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos Nossos).

A Constituição Estadual estabelece a prerrogativa do Tribunal de Justiça do encaminhamento da criação de novas varas judiciárias para a Assembléia Legislativa do Paraná, sendo o objeto em tela, que vejamos:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembléia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

(...)

e) a criação e extinção de comarcas, varas ou distritos judiciários; (Grifos Nossos).

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o **Tribunal de Justiça** anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2013, aprovado pela Lei Estadual nº. 17.398/2012, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2012 - 2015, aprovado pela Lei Estadual n. 17.013/2011.

Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 22 de outubro de 2013.



DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO NEREU MOURA
RELATOR





APROVADO
22/10/13


Dr. Quintino


Dr. Pastor


Dr. Lúcio



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 523/13

RELATÓRIO

O Plano de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 1.124/2013, que cria a Comarca de Nova Aurora, de entrância inicial, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 e adota outras providências.

Inicialmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Nereu Moura exarou o devido parecer favorável, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

FUNDAMENTAÇÃO

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em questão a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida à análise da Proposição, sob a análise desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta pelo Tribunal de Justiça encontra-se plenamente justificada.

Vale ressaltar que a Constituição Estadual, em seu art. 65, assegura ao Presidente do Tribunal de Justiça, a iniciativa de leis dessa natureza.

Assevera o autor, que o impacto econômico-financeiro da presente proposta considerando a criação de um cargo de Juiz de Direito de entrância inicial e um cargo de Assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 1-C, totaliza o valor aproximado de R\$93.565,00 (noventa e três mil quinhentos e sessenta e cinco reais) para

1



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



o exercício financeiro de 2013, R\$407.335,00 (quatrocentos e sete mil trezentos e trinta e cinco reais) para 2014 e R\$443.830,00 (quatrocentos e quarente e três mil oitocentos e trinta reais) para 2015, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça.

Ressalta ainda o autor que, os cargos de Analistas e Técnicos Judiciários que irão compor a nova Secretaria da Comarca de Nova Aurora, terão as despesas decorrentes suportadas pelo Fundo de Justiça, no valor aproximado de R\$128.882,00 (cento e vinte e oito mil oitocentos e oitenta e dois reais) para 2013, R\$536.150,00 (quinhentos e trinta e seis mil cento e cinquenta reais) para 2014, R\$568.318,00 (quinhentos e sessenta e oito mil, trezentos e dezoito reais) para 2015.

Encontra-se anexo à Proposta a declaração do ordenador de despesas, Desembargador Guilherme Luiz Gomes, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, informando que a Proposta apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2013, aprovado pela Lei Estadual nº 17.398, de 18 de dezembro de 2012 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Por fim, esclarece o autor que as despesas decorrentes desta Lei, estão em conformidade com aos artigos 16, 17 e 22 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

CONCLUSÃO

Desta forma, opina-se pela Aprovação do Projeto em tela, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 23/10/13



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



[Signature]
DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE

[Signature]
DEPUTADO ENIO VERRI
RELATOR

[Signature]
Dep. Behnen

[Signature]
Dep. Parton Edson

[Signature]
Dep. Depian



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Nereu Moura



REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer “**regime de urgência**” na votação do Projeto de Lei nº. 523/13, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, **REQUER**, após ouvido o Douto Plenário, “**regime de urgência**” na votação do Projeto de Lei nº. 523/13, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 2013.


NEREU MOURA
Deputado Estadual

note-se e encaminhe-se
para Providências

L. 22/10/13